

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: Art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, bem como do art. 34, caput, da Lei nº 13.303, 30 de junho de 2016.]

Número do processo: 23477.009733/2019-27

2. Descrição da necessidade

2.1 A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, também conhecida como Lei de Responsabilidade das Estatais, foi inserida no ordenamento jurídico com o objetivo criar regras mínimas de governança corporativa para as empresas públicas e sociedades de economia mista de todas as esferas do governo e estabelecer normas para licitações e contratações nessas empresas. Além disso, trouxe também à possibilidade de responsabilização dos administradores pelos atos praticados.

2.2 Desde o início desta década observa-se uma crescente busca por proteções que visem resguardar os administradores de sociedades empresariais contra eventualidades ocorridas no exercício regular de suas atribuições. São garantias tanto relacionadas ao patrimônio pessoal quanto ao pagamento de despesas em demandas judiciais, que têm por objetivo reduzir preocupações e mitigar riscos aos quais os administradores que têm o poder de gestão nas sociedades estão expostos, mas que são inerentes à própria atividade desenvolvida.

2.3 O Código Civil dispõe, em seu artigo 757, o seguinte a respeito do contrato de seguro:

Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.

Parágrafo único. Somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada.

2.4 Em suma, o contrato de seguro é aquele que tem como objeto um bem jurídico sujeito a algum tipo de risco, desde que lícito. O seguro de responsabilidade civil figura como espécie, em que se transfere para o segurador as consequências dos danos causados a terceiros, conforme se extrai dos artigos 786, 787 e 788, a seguir transcritos:

Art. 786. Paga a indenização, o segurador sub-roga-se, nos limites do valor respectivo, nos direitos e ações que competirem ao segurado contra o autor do dano.

§ 1º Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do segurado, seus descendentes ou ascendentes, consanguíneos ou afins.

§ 2º É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este artigo.

Art. 787. No seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro.

§ 1º Tão logo saiba o segurado das consequências de ato seu, suscetível de lhe acarretar a responsabilidade incluída na garantia, comunicará o fato ao segurador.

§ 2º É defeso ao segurado reconhecer sua responsabilidade ou confessar a ação, bem como transigir com o terceiro prejudicado, ou indenizá-lo diretamente, sem anuência expressa do segurador.

§ 3º Intentada a ação contra o segurado, dará este ciência da lide ao segurador.

§ 4º Subsistirá a responsabilidade do segurado perante o terceiro, se o segurador for insolvente.

Art. 788. Nos seguros de responsabilidade legalmente obrigatórios, a indenização por sinistro será paga pelo segurador diretamente ao terceiro prejudicado.

Parágrafo único. Demandado em ação direta pela vítima do dano, o segurador não poderá opor a exceção de contrato não cumprido pelo segurado, sem promover a citação deste para integrar o contraditório.

2.5 Em seu art. 17, §1º, a Lei nº 13.303, de 2016, prevê expressamente a possibilidade do "estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias disporem sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores".

2.6 Nesse diapasão, a contratação de seguro de responsabilidade civil se fez constar no Estatuto da Ebserh, especificamente, no artigo 34, conforme cita-se a seguir:

*Art. 34. A Ebserh poderá manter **contrato de seguro de responsabilidade civil** permanente em favor dos Administradores e Conselheiros Fiscais, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à empresa.*

2.7 A proposta que ora se apresenta, Seguro de Responsabilidade Civil D&O, é uma abreviação da expressão *Directors and Officers Liability Insurance*, oriunda dos Estados Unidos. A esse respeito, cite-se trecho de artigo publicado, no sítio eletrônico da Universidade de Harvard, com breve definição deste tipo de seguro:

Prevendo risco de governança corporativa: evidências do mercado de seguro responsabilidade de diretores e dirigentes.

[...]

D&O *insurance* protege diretores e agentes e a própria companhia de responsabilidades resultantes da conduta de diretores e agentes no âmbito de sua atuação institucional. Para companhias privadas ou sem fins lucrativos, reclamações ligadas à relação de emprego são as mais comuns fontes de responsabilidade dos gestores. Para companhias públicas, no entanto, as fontes predominantes de risco, tanto em termos de reclamações como de exposição de responsabilidade, são as lides envolvendo acionistas. (tradução livre)

2.8 Vale destacar que o seguro de responsabilidade civil para administradores, conforme asseverado pelo Tribunal de Contas da União é realidade no mercado brasileiro, inclusive nas empresas que a União detém maioria do capital social com direito a voto, que se sujeitam, ao mesmo tempo, às regras do Direito Civil e às regras do Direito Administrativo (Acórdão nº 3116/2013-Plenário-TCU), com abordagem no Informativo de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União nº 178/2013:

3. É regular a contratação de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores de empresas estatais, desde que a cobertura não alcance defesas judiciais ou administrativas, indenizações e sanções decorrentes de atos ilícitos ou ilegais praticados (i) dolosamente pelo agente ou (ii) com culpa, se comprovado que não foram adotadas as precauções e medidas normativas e legais que se esperariam de um homem médio.

2.9 No Brasil não há regulamentação expressa sobre o assunto, contudo, embora não possua força de Lei *stricto sensu*, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, autarquia vinculada ao Ministério da Economia, expediu a Circular SUSEP nº 637, de 27 de julho de 2021, a qual visa estabelecer diretrizes gerais aplicáveis especificamente aos seguros do grupo responsabilidades.

2.10 Em que pese a previsão legal, deve-se avaliar a necessidade de contratação de seguro de responsabilidade civil no âmbito da Ebserh, de modo a observar o atendimento do interesse público, que se consubstancia em primário, com a realização dos direitos fundamentais, e em secundário, consoante definição trazida pelo professor FURTADO (Curso de Direito Administrativo, 2016, p. 74):

A grande maioria da doutrina pátria segue os ensinamentos do administrativista italiano Renato Alessi, para quem o interesse público se divide em dois:

1. Interesse público primário, que corresponde ao estrito cumprimento da lei; e
2. Interesse público secundário, entendido como a necessidade de a Administração obter vantagens para si.

2.11 A partir dessa separação, conclui-se que o interesse público secundário somente é legítimo na medida em que se verifique o cumprimento da lei, entendido este último como o interesse público primário.

2.12 Para além do interesse público primário, tem-se que o Seguro D&O é reconhecido como boa prática de governança corporativa (Código das melhores práticas de governança corporativa - IBGC), sendo inclusive reconhecimento pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM como instrumento de atração de retenção de profissionais qualificados na organização (Parecer de Orientação CVM nº 38/2018).

2.17 Orçamento do conselho e consultas externas

Fundamento

A organização beneficia-se de uma atuação independente e informada do conselho de administração, que poderá necessitar de assessoria de terceiros e, portanto, deverá dispor de volume de recursos financeiros para este fim.

Práticas

(...)

b) São itens que podem constar do orçamento do conselho, entre outros:

(...)

v. seguro de responsabilidade civil dos administradores (D&O)²⁰.

(...)

²⁰ O **seguro de responsabilidade civil para administradores**, conhecido como D&O – Directors and Officers Liability Insurance, é coletivo, cuja cobertura pode estender-se sobre os administradores que atuam na organização e suas controladas, bem como os que vierem a ingressar durante a vigência e aqueles que já tiverem ocupado esta função antes de a apólice vigorar. O D&O tem sua cobertura relacionada aos atos de gestão praticados no exercício das atribuições, a qual se divide em duas etapas: (i) custos de defesa com processos e honorários advocatícios e (ii) condenações pecuniárias.

2.13 Há ainda, diversos ensinamentos na literatura indicando a oportunidade de contratar esse tipo de seguro para robustecer a maturidade institucional da Ebserh, os quais cita-se:

O estudo de caso efetuado, tendo como objeto o seguro D&O, demonstrou os aspectos positivos que o referido seguro proporciona. O principal deles é que o seguro D&O confere **proteção patrimonial** ao administrador, que passa a ter **maior liberdade para atuar no melhor interesse da empresa**, gerando benefícios para as partes diretamente interessadas (o próprio administrador, acionistas etc.) e para toda a coletividade. Além disso, o seguro D&O tutela os interesses do terceiro lesado, que poderá ser ressarcido de prejuízos eventualmente sofridos de maneira mais efetiva.

(...)

Há, inegavelmente, um equilíbrio difícil de se atingir: o seguro D&O deve conferir aos administradores **segurança e tranquilidade para desempenharem suas funções** livres do receio de serem responsabilizados por eventuais equívocos cometidos; mas essa segurança não pode degradar-se a ponto de dar azo à instauração do risco moral. Para enfrentar esse dilema, as seguradoras devem se utilizar de sua alta capacidade de obter e refinar informações relevantes a respeito do risco segurado, identificando os padrões ótimos de conduta dos administradores e, finalmente, manejando as ferramentas regulatórias que o regime jurídico do seguro D&O lhe proporciona.

(GONÇALVES FILHO, P. **Seguro e risco moral**: o seguro de responsabilidade civil dos administradores e as ferramentas regulatórias para mitigar o risco moral no contexto corporativo. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27337/Seguro%20e%20risco%20moral.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.)

Evidencia-se, assim, que o seguro de responsabilidade civil cumpre uma **função social**, atendendo aos anseios não só do segurado, mas também de terceiros de um modo geral. Especificamente no caso o seguro de responsabilidade civil de administradores, por exemplo, ele atende ao segurado, aos investidores, ao mercado de capitais e ao Estado como um todo.

(...)

A contraposição das vantagens e desvantagens apresentadas por este seguro nos leva a advogar por seu acolhimento pelo arcabouço jurídico pátrio na medida em que os **argumentos favoráveis** à manutenção deste seguro parecem superar os argumentos contrários a ela.

Além de beneficiar, ainda que indiretamente, os terceiros eventualmente prejudicados por atos do administrador, este o seguro está em linha com os deveres gerais previstos na LSA e pode atuar como **medidor das práticas de governança corporativa** adotadas pelas companhias.

(...)

Neste diapasão, cumpre ressaltar ainda que as consequências geradas por uma reclamação de terceiro não estão adstritas ao impacto patrimonial, pois a responsabilização pessoal do administrador pode afetar sua **reputação** e a da companhia na qual atua. Por isso, parece justo que os administradores probos e honestos, cientes destas consequências, possam contar com o seguro para desempenhar suas atribuições **sem receio dos eventuais efeitos adversos** inerentes ao exercício da atividade empresarial.

(DE CARA, M. **A aplicabilidade do seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores no âmbito da administração das companhias**. São Paulo: USP, 2013. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2132/tde-17012014-100235/pt-br.php>.)

*Entender as repercussões que as decisões tomadas no dia a dia da empresa podem ter na esfera pessoal dos administradores significa, inclusive, compreender quais tipos de estímulos externos são dados à **assunção de riscos**, inerente a qualquer atividade empresarial. O Estado, por sua vez, tem papel fundamental no desenvolvimento do mercado de capitais e da estrutura empresarial do país ao permitir ambientes regulatórios e legais que possibilitem tomada de decisões arriscadas, sem condenar, de maneira absoluta, a negligência.*

(...)

*Ainda fazendo referência aos deveres fiduciários dos administradores, importante é a discussão do business judgement rule, regra desenvolvida por tribunais norteamericanos que possibilita aos administradores a livre atuação dentro de certos limites, permitindo que eles avaliem a conveniência e a oportunidade de determinadas decisões visando sempre o fim social da companhia. Trata-se de um verdadeiro limitador da atuação do judiciário, que não poderá intervir em decisões tomadas de maneira diligente, embasada e de boa-fé, estimulando, assim, que os administradores **assumam riscos e não sejam pessoalmente demandados por decisões que pareçam ser as mais adequadas no contexto em que foram tomadas**.*

(SOARES JÚNIOR, C. **Os aspectos societários do seguro de responsabilidade civil de administradores**. São Paulo: Insper, 2013. Disponível em https://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/292/2/1_Celso%20Gomes%20%20Soares%20Junior_trabalho.pdf.)

2.14 Dessa forma, a previsão desse seguro no Estatuto Social da Ebserh trouxe a oportunidade de materializar um instrumento avançado de governança, cabendo à gestão da estatal implementar essa boa prática como forma de viabilizar um ambiente seguro aos Administradores e gestores da empresa, em especial diante do desafio de gerir uma rede hospitalar pública expressiva.

2.15 Cabe destacar que esse tipo de seguro constitui instrumento de preservação do patrimônio individual dos que atuam em cargos de direção (segurados), o que acaba por incentivar gestões corporativas inovadoras e mais flexíveis, as quais ficariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade sempre reinante de responsabilização civil ou abertura de processo sancionador. Além disso, a natureza dúplice desse seguro também favorece a própria Ebserh, pois poderá ser ressarcida de eventuais prejuízos sofridos em razão de condutas faltosas de seus administradores.

2.16 Nesse sentido, cita-se alguns riscos aos quais a Ebserh e os Administradores estão expostos:

- i. Impactos orçamentários imprevistos sobre o custeio da Ebserh no caso de ações judiciais ou administrativas em desfavor dos Administradores;
- ii. Exposição dos Administradores a riscos pessoais desnecessários, em desconformidade com as boas práticas de governança corporativa;
- iii. Aversão ao risco pelos Administradores da Ebserh, resultando em conservadorismo nas tomadas de decisão e na busca pelo alcance dos resultados institucionais; e
- iv. Redução da propensão dos Administradores à busca pelas práticas inovadoras de gestão.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Vice-Presidência	Antonio César Alves Rocha

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratação terá regime de execução por preço global, nos termos do inciso II, art. 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão revisada de 28 de abril de 2022. A contratação terá vigência de 12(doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante aditivo contratual, limitado a 60 (sessenta) meses, na forma do art. 147, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, abaixo transcrito:

Art. 147 A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da Ebserh;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio;

III - nas locações de imóveis;

IV - no contrato sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado, que terá sua vigência máxima definida pela soma do prazo relativo ao fornecimento inicial ou à entrega da obra com o prazo relativo ao serviço de operação e manutenção, este limitado a 5 (cinco) anos contados da data de recebimento do objeto inicial.

4.2 A licitação será realizada na modalidade de pregão, na forma eletrônica, consoante com o disposto no inciso IV, do art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, bem como com o instituído no inciso XLI do art 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EBSEH - RLCE

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet;

LEI Nº 14.133, DE 2021

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

4.3 A prestação dos serviços será executada de forma continuada, uma vez que, pela sua essencialidade, visam atender a demanda e necessidade que se impõe e se mantém de forma contínua, permanente, por mais de um exercício financeiro, bem como porque visam assegurar as condições essenciais para ao funcionamento e o exercício das atividades finalísticas da Ebserh, de modo que sua interrupção pode trazer dificuldades ou comprometer o cumprimento da missão institucional desta, estando aderente ao disposto no inciso I, do art. 149, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

4.4 A respeito das pessoas às quais o seguro pode ser facultativamente estendido cabe mencionar o artigo 10 da Circular SUSEP nº 637, de 2021, *in verbis*:

Art. 10. Para fins desta Circular, consideram-se as seguintes definições nos seguros de RC D&O:

I - segurado: são as pessoas físicas que contratam, ou em benefício das quais uma pessoa jurídica contrata o seguro, as quais, durante o período de vigência do seguro, ou do período de retroatividade, nela, em suas subsidiárias ou em suas coligadas, ocupem, passem a ocupar ou tenham ocupado:

a) cargo de Diretor, Administrador, Conselheiro ou qualquer outro cargo executivo, para os quais tenham sido eleitas e /ou nomeadas, condicionado a que, se legalmente exigido, a eleição e/ou nomeação tenham sido ratificadas por órgãos competentes; ou

b) cargo de gestão, no qual tenham sido investidas, em relação aos atos e decisões praticados no exercício de suas funções;

II - segurado (por extensão da cobertura): são pessoas físicas ou jurídicas que passam à condição de segurados em razão de ter sido contratada extensão de cobertura específica do seguro para as mesmas;

III - subsidiária: sociedade controlada, direta ou indiretamente, por outra sociedade, sendo que o controle deve estar estabelecido antes ou no início da vigência da apólice; e

IV - coligada: sociedade na qual a investidora tenha influência significativa, nos termos da legislação vigente.

(...)

Art. 13. As sociedades seguradoras podem oferecer outras coberturas, além daquela descrita no art. 11, inclusive as que estendam a condição de segurado a outras pessoas, tais como:

I - as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, passem a exercer ou tenham exercido funções executivas, cargos de administração ou de gestão no tomador, em suas subsidiárias ou coligadas;

II - as pessoas físicas ou jurídicas que assessoram, tenham assessorado ou venham a assessorar segurados, prestando serviços profissionais;

III - a pessoa jurídica que realize adiantamento de valores, ou assuma o compromisso de indenizar pessoas que exerçam funções executivas ou cargos de administração, conforme definido em instrumento próprio;

IV - o tomador, garantindo a sociedade por atos ilícitos culposos praticados pelo segurado; e

V - os familiares ou as pessoas relacionadas legalmente com os segurados, tais como herdeiros, representantes legais, espólio de segurado, cônjuges ou companheiros.

4.5 Como a regulamentação não prevê um rol taxativo de pessoas elegíveis à categoria de segurado, podem configurar como beneficiários todas as pessoas que de alguma forma tenha ingerência nos negócios sociais, que estejam envolvidas com a tomada de decisão pela sociedade ou que realizem representação de fato da sociedade tomadora, inclusive suas subsidiárias, motivo pelo qual poderiam ser demandados por terceiros.

4.6 Destarte, há previsão para que condições especiais sejam previstas na cobertura a ser contratada, a exemplo das pessoas que assessoram, tenham assessorado, e/ou venham a assessorar segurados, prestando serviços profissionais na qualidade de auxiliares, consultores e/ou técnicos, de modo que o seguro venha a ser estendido a elas. Ressalte-se que esta condição foi avaliada pela Diretoria Executiva e deliberada pelo Conselho de Administração da Ebserh, nos termos da Resolução nº 181, de 2022 (24379982):

"I. o rol de segurados contempla os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva; o Consultor Jurídico e o Contador responsável pelas demonstrações contábeis da Ebserh, no exercício de suas funções; e

II. o período de retroatividade fica limitado a 2019 para fatos geradores anteriores ao início da vigência da apólice, desde que desconhecidos pela Ebserh."

4.7 Vale lembrar ainda que, em virtude da natureza da apólice à base de reclamações, é possível que sejam abrangidos pela cobertura não apenas os administradores investidos de seus cargos no momento da contratação, mas também os que ocuparam tais cargos e os que futuramente vierem a fazê-lo durante a vigência da apólice ou, conforme estipulado na Resolução nº 181, de 2022, do Conselho de Administração da Ebserh (DOC SEI Ebserh 24379982).

4.8 Considerando a delimitação estabelecida pelo Conselho de Administração temos seguintes quantitativos de cargos passíveis de serem contemplados pela Seguro D&O:

ADMINISTRADORES	QUANTIDADE
Conselheiros de Administração	8*
Conselheiros Fiscais	3 (T) + 3 (S) = 6
Presidente*	1*
Vice-Presidente	1
Diretores	5
Consultor Jurídico	1

Contador da Ebserh	1
TOTAL	23

* O Presidente da Ebserh é membro permanente do Conselho de Administração da Estatal, por isso foi contabilizado uma única vez.

4.9 Dessa forma, dadas as diretrizes pelo Conselho de Administração e as regras da Circular SUSEP nº 637, de 2021, deverão ser condições da Contratação:

4.9.1 Âmbito geográfico de cobertura será Nacional.

4.9.2 A importância segurada e que representa o Limite Máximo de Garantia (LMG) pela Seguradora é de R\$ 66.166.197,45 (sessenta e seis milhões e cento e sessenta e seis mil e cento e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos), nos termos deliberado pelo Conselho de Administração da Ebserh.

4.9.3 Tipo de Apólice: Apólice à base de Reclamações (*claims made basis*) com cláusula de Notificações, ou seja, com a possibilidade de registrar, formalmente, junto a seguradora, fatos ou circunstâncias potencialmente danosas, cobertos pelo seguro, mas ainda não reclamados, vinculando a apólice então vigente à reclamações futuras que vierem a ser apresentadas por terceiros prejudicados.

Entende-se que a Apólice à Base de Reclamações com Cláusula de Notificações, tem como objeto o pagamento de indenização securitária com base em Reclamações apresentadas à Seguradora, por parte do Tomador ou Segurado, nas hipóteses a seguir descritas:

- a) os danos ou o fato gerador tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice, ou durante o período de retroatividade; e
- b) o terceiro apresente a reclamação ao Segurado durante os seguintes períodos:
 - b.1 - durante a vigência da apólice; ou
 - b.2 - durante o prazo adicional de 36 (trinta e seis) meses, que se iniciará a partir da ocorrência de uma das hipóteses elencadas no art. 19 da Circular SUSEP nº 637, de 2021.

4.9.4 Cobertura para reclamações decorrentes de:

- a) Processos arbitrais e/ou judiciais e/ou procedimentos e/ou inquéritos administrativos instaurados por órgãos do Governo, inclusive de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, propostos face ao Segurado;
- b) Processos arbitrais e/ou judiciais e/ou procedimentos e/ou inquéritos administrativos de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, ajuizados pelos órgãos e entidades que compõem o seus Conselho Deliberativo e Fiscal, contra o Segurado;
- c) Processos arbitrais e/ou judiciais e/ou procedimentos e/ou inquéritos administrativos, inclusive de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, ajuizados pelo próprio Tomador contra o Segurado;
- d) Processos arbitrais e/ou judiciais e/ou procedimentos e/ou inquéritos administrativos, inclusive de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, ajuizados por um Segurado contra outro Segurado;
- e) Processos arbitrais e/ou judiciais e/ou procedimentos e/ou inquéritos administrativos, inclusive de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, propostos exclusivamente em face do Tomador, desde que venha a se tornar uma Reclamação contra os Segurados em razão da desconsideração da personalidade jurídica da Ebserh ou de sua responsabilização solidária ou subsidiária; e
- f) Notificação de Terceiros, dirigida ao Segurado atribuindo de alguma forma responsabilidade por ato ilícito culposo do Segurado.

4.9.5 A apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores, contemplará as garantias/coberturas básicas e as extensões de garantias/coberturas adicionais a seguir descritas:

I) Garantias Básicas:

a) Cobertura A - Indenização ao Segurado: garante o pagamento ou reembolso ao Segurado ou a Terceiro prejudicado, dos prejuízos financeiros resultantes ou decorrentes de Reclamação por atos danosos praticados pelos Segurados da apólice no exercício de suas atribuições profissionais.

b) Cobertura B - Reembolso ao Tomador: garante ao Tomador, caso tenham antecipado pagamento ou indenização ao Segurado ou ao Terceiro prejudicado, dos prejuízos financeiros resultantes ou decorrentes da Reclamação feita contra o Segurado.

II) Extensões das Garantias, caso estas não sejam contempladas como Garantias Básicas:

a) Para Reclamações do Tomador contra Segurado: garante aos Segurados o pagamento de indenizações por prejuízos financeiros caso sejam nomeados como parte passiva numa Reclamação iniciada pelo Tomador em razão de atos danosos praticados na condição de Diretores, Administradores ou Gestores do Tomador.

b) Para Reclamações de Segurado contra Segurado: assegura aos Segurados os pagamentos de indenizações por prejuízos financeiros caso sejam nomeados como parte passiva numa Reclamação iniciada por um Segurado em face de outro Segurado, em razão de atos danosos praticados na condição de Diretores, Administradores ou Gestores do Tomador.

c) Para Danos Materiais, Corporais e Morais a Empregados em Função das Atividades do Tomador: garante o pagamento de perdas indenizáveis decorrentes de Reclamações movidas contra os Segurados, desde que tais indivíduos sejam (individual ou coletivamente) nomeados como parte passiva em processo judicial, procedimento administrativo ou extrajudicial condição de Diretor ou Administrador, por danos materiais, corporais e morais causados a Empregados em decorrência das atividades empresariais desempenhadas pelo Tomador.

d) Para Danos Morais a Terceiros em Função das Atividades do Tomador: assegura o pagamento de perdas indenizáveis decorrentes de Reclamações movidas contra os Segurados, desde que tais indivíduos sejam (individual ou coletivamente) nomeados como parte passiva em processo judicial, procedimento administrativo ou extrajudicial, com o objetivo de responsabilizá-lo de forma solidária ou subsidiária na condição de Diretor ou Administrador, por danos materiais causados a Terceiros em decorrência das atividades empresariais desempenhadas pelo Tomador.

e) Para Processos existentes contra a Empresa: garante o pagamento de perdas indenizáveis decorrentes de processos civis, criminais, regulatórios, investigativos e arbitrais existentes exclusivamente contra a Empresa, a partir da data de retroatividade concedida para esta cobertura, que venham a se tornar uma Reclamação contra o Diretor, Administrador ou Gestor, em razão da desconsideração da personalidade jurídica da Empresa ou de sua responsabilidade solidária ou subsidiária.

f) Para Práticas Trabalhistas Indevidas: assegura a extensão de cobertura com o objetivo de responsabilizá-lo de forma solidária ou subsidiária das condições securitárias presentes na apólice, para as Reclamações decorrentes, exclusivamente, de danos morais pela prática trabalhista indevida dos Segurados para com os seus empregados. Esta cobertura estabelece o pagamento por perdas indenizáveis as quais os Segurados sejam responsabilizados.

g) Para Responsabilidade Trabalhista, Tributária e Previdenciária: Assegura o pagamento de indenizações por prejuízos financeiros decorrentes de responsabilização dos Segurados, pelo pagamento de dívidas e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária ou tributária do Tomador, imposta por decisão judicial transitada em julgado em razão da desconsideração da personalidade jurídica do Tomador.

h) Para Segurados Aposentados: garante ao Segurado que, nos termos da legislação vigente, venha se aposentar no período de vigência da apólice, o direito a um prazo complementar por período limitado, para apresentar à Seguradora Reclamações em que figure como parte passiva.

i) Para Despesas de Publicidade: assegura o pagamento de custos de publicidade necessários para resguardar a reputação do Segurado ou Tomador, quando houver prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer Segurado causado pela veiculação por rádio, televisão ou qualquer outro meio de divulgação ao público, de alguma notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados a atos danosos objeto de Reclamação coberta pelo Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores.

j) Para Responsabilidade do Cônjuge ou Companheiro(a) em União Estável: garante o pagamento de prejuízos financeiros resultantes ou consequentes de Reclamações feitas contra o cônjuge ou companheiro(a), atingidos única e exclusivamente em virtude dessa condição, em razão de ato danoso do Segurado. A cobertura é limitada

à constrição do patrimônio comum mantido entre o Segurado e o seu cônjuge ou companheiro(a). Esta extensão de cobertura não cobrirá Reclamações decorrentes apenas de atos ou omissões do cônjuge ou companheiro(a).

k) Para Espólio, Herdeiros e Representantes Legais: assegura o pagamento de prejuízos financeiros resultantes ou consequentes de Reclamações decorrentes de ato danoso cometido pelo Segurado, e que em razão de incapacidade legal ou falecimento, passar a atingir o espólio, herdeiros ou representantes legais. Esta extensão de cobertura não cobrirá Reclamações decorrentes apenas de atos ou omissões do espólio, herdeiros ou representantes legais

l) Para Indisponibilidade de Bens Pessoais: garante o adiantamento do pagamento de danos sofridos pelos Segurados em virtude de medida judicial ou administrativa contra os mesmos que determine o bloqueio ou a indisponibilidade de seus bens pessoais (móveis ou imóveis), ou seu direito de usufruir destes bens, no todo ou em parte.

m) Para Penhora-on-line: assegura o pagamento de indenizações mensais ao Segurado, limitadas ao seu salário líquido mensal ou outro valor previamente estabelecido, após o decurso de determinado período de carência a contar da penhora-on-line, determinada por ordem ou despacho judicial que determinou o bloqueio da conta bancária do Segurado, resultante de uma Reclamação coberta pelo Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores.

n) Para Custos de Defesa Emergenciais: garante o pagamento de custos de defesa emergencial, quando não houver a possibilidade do Segurado e/ou Tomador comunicar à Seguradora para obter anuência para utilização de Custos de Defesa em decorrência de uma Reclamação, desde que o objeto da ação esteja amparado pelo Seguro D&O e os valores estejam condizentes com os praticados no mercado.

o) Para Custos de Defesa por Falhas na Prestação de Serviços a Terceiros: assegura o pagamento de Custos de Defesa do Segurado, decorrentes de Reclamação decorrente da responsabilidade civil por:

o.1 - falhas na prestação de serviços a Terceiros; ou

o.2 - produtos defeituosos, exceto quando decorrente de erro de projeto ou com vícios, e, desde que o resultado tenha sido originado por conduta culposa do Segurado, em qualquer uma de suas modalidades (imprudência, imperícia, negligência).

p) Para Custos de Defesa, Acordos e Alocações: garante o pagamento dos Custos de Defesa dos Segurados inclusive na esfera criminal, sendo estes responsáveis por adotar todas as medidas para a sua defesa nas Reclamações apresentadas contra estes, desde que:

p.1 - sejam fornecidos à Seguradora todas as informações relativas às referidas Reclamações; e

p.2 - seja a Seguradora mantida inteiramente informada de todos os assuntos relacionados com ou relativos às investigações, defesas ou acordos em qualquer Reclamação.

q) Para Custos de Defesa em casos de Restrição de Liberdade, Extradicação e Deportação: assegura o pagamento de Custos de Defesa do Segurado visando à dispensa, reversão, modificação ou anulação de uma ordem judicial emitida durante o Período de Vigência, decorrente de Reclamação impondo:

q.1 - proibição temporária ou permanente do Segurado em desempenhar funções em Conselhos ou Diretorias;

q.2 - restrição de liberdade do Segurado, tal como prisão domiciliar ou prisão/reclusão, determinada judicialmente, de forma preventiva ou por decisão judicial conclusiva, a fim de assegurar a aplicação de eventual penalidade;

q.3 - deportação do Segurado após revogação de visto por qualquer motivo, exceto por condenação criminal do administrador; e

q.4 - extradição do Segurado.

r) Danos Ambientais Alteração da qualidade do meio ambiente natural causada por condutas ou atividades, incluindo aquelas que operem com resíduos perigosos como previsto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010), de pessoa física ou jurídica de Direito Público ou de Direito Privado, realizadas no exercício regular de um direito reconhecido, de ordem lícita, que se traduz na alteração adversa e significativa das características do meio ambiente de forma a prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população; na criação de condições adversas às atividades sociais e econômicas; em alterações que afetem desfavoravelmente a flora e a fauna e em alterações que afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente. Trata-se do dano ambiental coletivo ou do dano causado ao meio ambiente natural.

4.9.6 Não serão aplicáveis franquias e participação obrigatória do Segurado.

4.9.7 A cobertura será vinculada à Reclamação, ou seja, estarão cobertas todas as reclamações que surgirem contra os Segurados durante a vigência da apólice, ou anteriores, no limite da retroatividade definida no item 4.9.4, desde que desconhecidas da Ebserh ou pelo momento da contratação do seguro.

Serão consideradas reclamações todos os processos judiciais, administrativos ou extrajudiciais, perante qualquer órgão judicial ou não, de controle externo, ou outros, que forem movidos contra os Segurados. Nesse sentido, entendem-se como custos:

I) de Execução (indenização): condenações pecuniárias provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado, decisões arbitrais finais, decisões finais decorrentes de processo administrativo interno.

II) de Defesa: emolumentos, honorários advocatícios e periciais, encargos de tradução, depósitos recursais, custos e despesas (judiciais ou extrajudiciais) necessárias, razoáveis e condizentes com valores de mercado incorridos ou assumidos com o consentimento prévio e por escrito da Seguradora, e decorrentes exclusivamente de investigações, acordos ou defesas relacionadas a qualquer reclamação inclusive na esfera criminal, respeitado o limite máximo de garantia para cobertura de responsabilidade civil. Os profissionais responsáveis pela defesa do Segurado deverão ser por este escolhido.

Desde que não se vislumbre uma hipótese de não aplicação da cobertura securitária objeto da apólice, o pagamento dos custos de defesa dar-se-á de forma antecipada, na medida e nas condições em que os mesmos forem devidos ou incorridos pelo Segurado, desde que tenham sido previamente acordados por escrito pela Seguradora.

Na ocorrência de sinistro coberto pela apólice, a Seguradora pagará a indenização prevista diretamente ao Segurado ou ao terceiro beneficiário da mesma. Caso o tomador tenha adiantado o valor da indenização prevista na apólice ao Segurado, a Seguradora reembolsará a quem de direito após a liquidação do sinistro, não havendo neste caso a cobrança da franquia.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Além da possibilidade de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores e Conselheiros Fiscais, o Estatuto Social prevê que a Ebserh, por intermédio de seu órgão jurídico ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Ebserh.

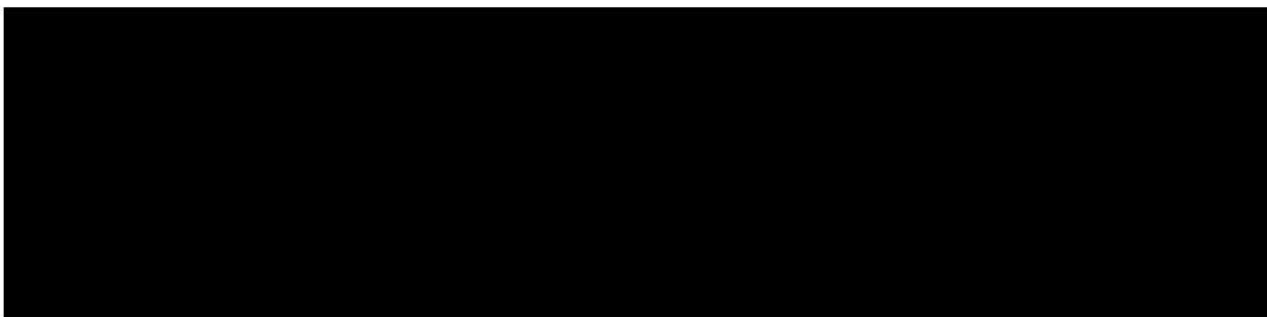
5.2 Conforme disposições estatutárias, a Ebserh pode definir qual o meio mais adequado para promover a defesa de seus gestores, quando isso for admitido, devendo efetuar a escolha da opção que se revele mais vantajosa ao interesse público, qual seja: utilizar os advogados do seu quadro, contratar escritório ou seguro de responsabilidade civil.

5.3 Atualmente, a Ebserh possui em torno de 105 (cento e cinco) advogados em seu quadro de empregados, não obstante as qualificações técnicas, encontram-se sobrecarregados com o elevado número de ações em tramitação nas varas cível, tributária e trabalhista em todo o território nacional. Imputá-los a responsabilidade de assumir eventual defesa futura dos Administradores, além de gerar um possível conflito de interesse, desvirtuaria a atuação com foco em ações não relacionadas com os negócios da Ebserh. Adicionalmente, havendo trocas de Administradores, não se poderia, de antemão, assegurar que advogados do quadro de pessoal da empresa fossem autorizados a se dedicar à defesa desses.

5.4 Raciocínio semelhantes pode ser aplicado à opção de efetuar contratação de escritório de advocacia para tal finalidade, posto que os custos, a serem suportados pela Empresa, também poderiam não ser autorizados por uma nova Administração.

5.5 Verifica-se, pois, que não há incompatibilidade entre os dispositivos, mas sim complementariedade, pois a defesa dos Administradores pelo órgão jurídico é uma possibilidade, e igualmente será por advogado especialmente contratado. Dependendo do tema abordado, pode ser plausível a busca de apoio externo para garantir a defesa das autoridades, podendo o seguro cobrir os honorários gerados. Mais do que isso, e possivelmente ainda mais importante: o seguro também cobre despesas processuais, não previstas no art. 33, inclusive eventuais multas e penalidades. Essa cobertura é relevante para não onerar o orçamento anual de custeio da Ebserh no caso de eventuais demandas judiciais ou administrativas nesse sentido. Assim, essa cobertura por seguro é um item complementar a qualquer tipo de defesa a ser acionada, em forma a ser definida pela instância competente.

5.6 Destaca-se que os serviços objetivados são comuns ao mercado. Em termos gerais, as características do objeto especificado podem ser observadas em contratações similares, realizadas por outras entidades da Administração Pública Federal, que foram adotadas como parâmetros, conforme observa-se a seguir.



5.7 O levantamento de fornecedores que prestam serviço objeto desse estudo são destacados na tabela a seguir:

	SEGURADORA
1.	33.061.862/0001-83 - FATOR SEGURADORA S.A.
2.	11.521.976/0001-26 - AUSTRAL SEGURADORA S.A.
3.	03.502.099/0001-18 - CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.
4.	14.868.712/0001-31 - ARGO SEGUROS BRASIL S.A.
5.	42.366.302/0001-28 - KOVR SEGURADORA S.A.
6.	31.534.848/0001-24 - EZZE SEGUROS S.A.
7.	33.040.981/0001-50 - AIG SEGUROS BRASIL S.A.

5.8 Para determinar a importância segurada para esse tipo de apólice, uma vez que no mercado não existe uma metodologia estabelecida para definição da importância segurada para a contratação de Seguros D&O, levantou-se dados sobre contratos públicos cujo objeto pode ser comparável com a realidade da Ebserh, considerando que são Empresas Públicas, que recebem subvenções da União e possuem ativos consideráveis. Salienta-se que apesar de haver similaridade nas contratações públicas sobre o escopo do seguro, especialmente entre quem estará segurado, qual o período compreendido no seguro e qual a abrangência da cobertura, as eventuais diferenças de redação compreendem peculiaridades de cada organização, mas o seu conteúdo se apresenta de forma bem convergente.

5.9 Desse modo, o instrumento que se vislumbra mais adequado e amplamente utilizado tanto por empresas públicas quanto por empresas privadas, tem sido a contratação de seguro na modalidade D&O, evitando conflito de interesses, sobrecarga no trabalho dos advogados do quadro pessoal e posterior oneração da Ebserh, uma vez que o custo de possíveis defesas estariam previamente definidas conforme a cobertura do seguro com o prêmio máximo estabelecido.

5.10 Adicionalmente, foi realizada **Audiência Pública** em 5 de agosto de 2022, para melhor compreensão do mercado, com baixa adesão de potenciais interessados na contratação pública, refletida na participação de somente **um fornecedor do serviço objeto da contratação que ora se planeja**, momento no qual foi exposto pela participantes que o mercado fornecedor de Seguro D&O tem baixo apetite ao risco em segurar administradores de organizações cuja atividade principal envolva assistência à saúde, suscetível a demandas decorrentes de erros médicos.

5.11 Naquela ocasião foi esclarecido que os pretensos segurados não atuam na assistência à saúde direta, mas na gestão administrativa da Estatal.



5.13 Assim, sugere-se a opção pela contratação de Seguro de Responsabilidade Civil para a proteção dos **Administradores**, assim definidos pelo art. 16 da Lei nº 13.303, de 2016, e pelo inciso VII do art. 2º do Decreto nº 8.945, de 2016, bem como os **membros do Conselho Fiscal, o Consultor Jurídico e o Contador da Ebserh**, os quais a legislação estabelece que são pessoalmente responsáveis pelos atos e omissões relacionados a sua gestão na Empresa, podendo responder com seu patrimônio pessoal em reclamações de natureza diversas: civil, tributária, trabalhista, dentre outras.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores, também conhecido como D&O (*Directors & Offices*), à base de reclamações (*claims made basis*) COM NOTIFICAÇÕES, para os Conselheiros de Administração, os Conselheiros Fiscais, os membros da Diretoria Executiva, o Consultor Jurídico e o Contador da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), com vigência de 12 (doze) meses.

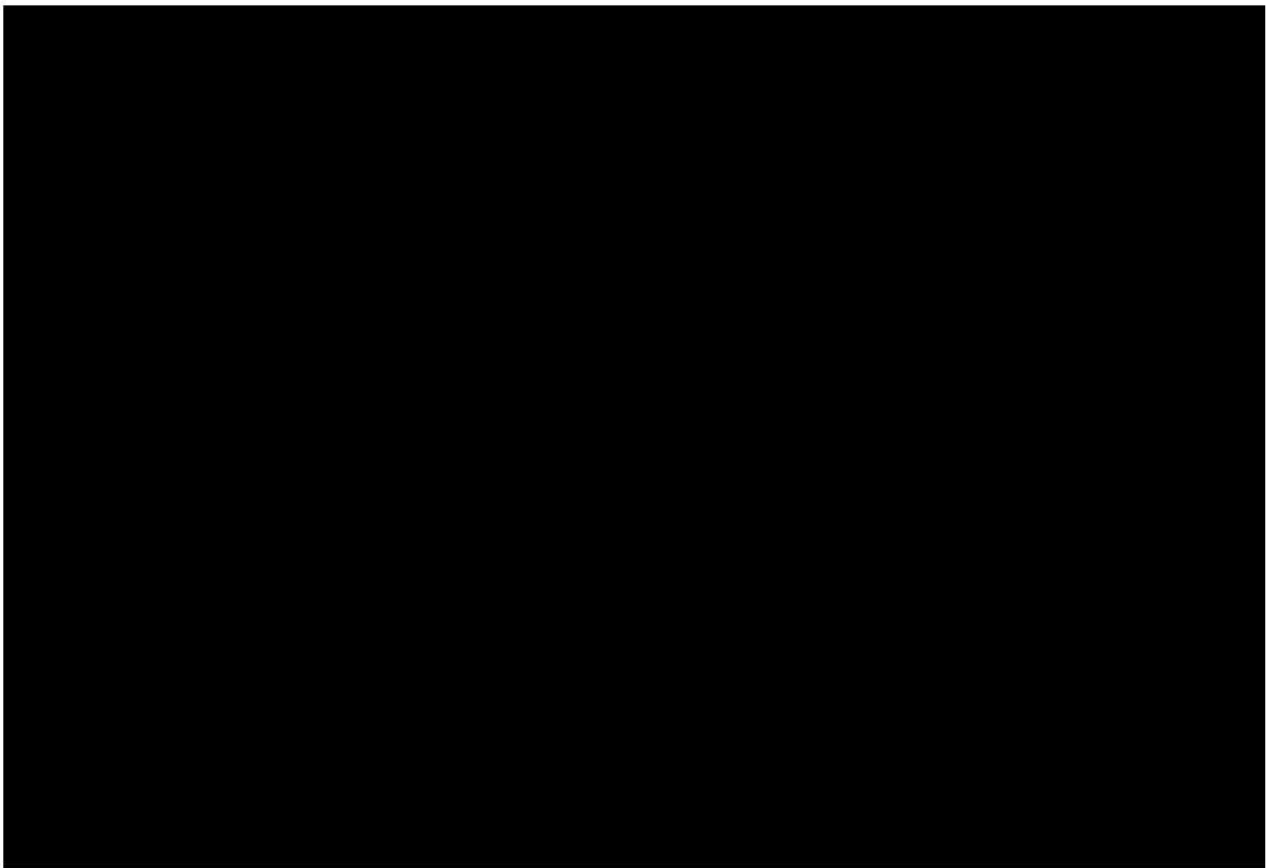
7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Em razão das especificações adotadas e considerando que os modelos de negócio das seguradoras atendem a necessidade da Ebserh, esse serviço deve ser contratado pelo menor preço global, conforme o quadro resumo abaixo:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
01	906 Seguro /Garantia	Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores, também conhecido como D&O (<i>Directors & Offices</i>), à base de reclamações (<i>claims made basis</i>) com notificações, para os Conselheiros de Administração, os Conselheiros Fiscais, os membros da Diretoria Executiva, o Consultor Jurídico e o Contador da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), com vigência de 12 (doze) meses.	01	Serviço

8. Estimativa do Valor da Contratação





9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Nos termos da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

9.2 Nesse sentido, quanto ao parcelamento do objeto, entende-se que é inviável ao presente caso, visto que a pesquisa no mercado indicou que as especificações adotadas estão de acordo com os modelos de negócio das seguradoras que oferecem o produto, bem como encontra-se em consonância com o definido no art. 10, inciso I, alínea "a" da Circular SUSEP nº 637, de 2021, afastando qualquer indício de restrição à competitividade. Logo, resta inviabilizada técnica e economicamente o parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 O objeto pretendido não guarda correlação ou interdependência com outras contratações, sejam as já realizadas ou futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A Ebserh, criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem como finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

11.2 Atualmente, a maior rede de hospitais públicos do Brasil, unindo dois dos maiores desafios do país, **educação e saúde**, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui o órgão central da empresa e 41 (quarenta e um) Hospitais Universitários Federais (HUFs), que exercem a função de **centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS)** e um papel de destaque para a sociedade.

11.3 Dada sua finalidade, **é uma empresa estatal 100% dependente da União** e prestando serviços de **assistência à saúde de forma integral e exclusivamente** inseridos no âmbito do SUS.

11.4 A Ebserh é uma empresa pública apoiada em cinco pilares, que suportam as perspectivas de nosso negócio, por meio de uma visão holística da empresa.

11.5. Nosso primeiro pilar é a Sociedade, uma vez que somos uma empresa pública que possui como finalidade a geração de valor para a população brasileira. Diante de tamanho desafio, nossa Rede deve gerir seus recursos com responsabilidade social (pilar Sustentabilidade), mediante uma gestão competente e transparente (pilar Governança), de modo a executar nossos serviços com eficiência e alinhados às boas práticas (pilar Processos e Tecnologia), por profissionais qualificados e capacitados (pilar Pessoas).

11.6 A contratação ora pretendida representa, sem dúvida, um ótimo instrumento para aprimorar a gestão da Ebserh, visto que para o bom exercício de qualquer atividade econômica, tanto no setor privado quanto no público, exige a capacidade de identificar oportunidades, traçar planos de ação e, enfim, criar soluções inovadoras sem o famigerado “medo administrativo”, preferindo alternativas reconhecidamente conservadoras, ao invés de empreender em busca de uma novas soluções que possam se revelar mais efetivas e legais, em consonância com o objetivo estratégico de “gerir com competência, agilidade e transparência, garantindo continuidade das atividades na Rede”.

11.7 Espera-se que, nos limites determinados pela Lei, os administradores da Ebserh possam atuar em condições de igualdade com os demais entes de setores relacionados, de maneira protegida e tenham tranquilidade no exercício de suas funções.

11.8 Por isso, tal iniciativa alinhada à estratégia organizacional visa estimular o desenvolvimento e o sucesso da própria atividade fim da Ebserh, protegendo e, ao mesmo tempo, oferecendo aos administradores uma blindagem financeira, jurídica e reputacional contra os riscos aos quais estão expostos é um benefício tangível que pode significar diferencial competitivo no momento de escolha do próprio dirigente ou até mesmo sua continuidade (permanência) numa determinada empresa.

11.9 A contratação do Seguro D&O não tem por objetivo conceder permissão ao administrador para que ele cometa qualquer ato insano, mas sim lhe fornecer a segurança de poder atuar de forma mais audaciosa na persecução de maiores e melhores resultados, desenvolvendo ensino, pesquisa e gestão com sustentabilidade e transparência e prestando assistência humanizada, resolutiva e de vanguarda com o melhor campo de prática para as Universidades Federais, sem conservadorismos e cuidados demasiados que impeçam o atingimento do interesse público e função social.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Dessa forma, a previsão desse seguro no Estatuto Social da Ebserh trouxe a oportunidade de materializar um instrumento avançado de governança, cabendo à gestão da estatal implementar essa boa prática como forma de viabilizar um ambiente seguro aos Administradores e gestores da empresa, em especial diante do desafio de gerir uma rede hospitalar pública expressiva.

12.2 Cabe destacar que esse tipo de seguro constitui instrumento de preservação do patrimônio individual dos que atuam em cargos de direção (segurados), o que acaba por incentivar gestões corporativas inovadoras e mais flexíveis, as quais ficariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade sempre reinante de responsabilização civil ou abertura de processo sancionador. Além disso, a natureza dúplice desse seguro também favorece a própria Ebserh, pois poderá ser ressarcida de eventuais prejuízos sofridos em razão de condutas faltosas de seus administradores.

12.3 Nesse sentido, cita-se alguns riscos aos quais a Ebserh e os Administradores estão expostos:

- i. Impactos orçamentários imprevistos sobre o custeio da Ebserh no caso de ações judiciais ou administrativas em desfavor dos Administradores;
- ii. Exposição dos Administradores a riscos pessoais desnecessários, em desconformidade com as boas práticas de governança corporativa;
- iii. Aversão ao risco pelos Administradores da Ebserh, resultando em conservadorismo nas tomadas de decisão e na busca pelo alcance dos resultados institucionais; e
- iv. Redução da propensão dos Administradores à busca pelas práticas inovadoras de gestão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A presente aquisição não requer providências prévias. Logo, requer-se a elaboração de Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A pretensa contratação não acarreta impacto ambiental, tampouco carece de medidas de tratamento para sua execução.

15. Matriz de Riscos da Contratação

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	CONSEQUÊNCIA (SEM PREJUÍZOS DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES APLICÁVEIS)	MITIGAÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL
Habilitação no procedimento licitatório	Não possuir as condições de habilitação	Baixa, visto que o mercado é regulado.	Fracasso da licitação	Revisão periódica das habilitações	Contratada
Contratação	Não assinatura do contrato por vencimento das propostas	Baixa	Fracasso da licitação	Homologar as licitações dentro das vigências das propostas ou renovar as propostas	Contratante
Contratação	Desistência da assinatura do contrato	Baixa	Fracasso da licitação	Renovação das propostas e re julgamento passando o item para o próximo colocado.	Contratada
Execução da contratação do bem ou serviços	Não cumprimento dos prazos atinentes a execução (por objeto ou tempo)	Baixa	Desabastecimento do bem ou não atendimento do serviço contratado	Fiscalização eficaz	Contratada
Execução da contratação do bem ou serviços	Não cumprimento das condições legais (trabalhistas ou regulatórias)	Baixa	Não atendimento das condições da contratação do bem ou serviço	Fiscalização eficaz	Contratada
Execução da contratação do bem ou serviços	Fatos retardatários ou impeditivos ocorridos durante a execução	Baixa	Não cumprimento dos prazos originais e retardamento da execução do contrato	Fiscalização eficaz	Contratante
Execução da contratação do bem ou serviços	Fatos não previstos incidentes sobre a composição da formação de preços originais	Média	Possível reequilíbrio ou repactuação dos preços	Negociação com o fornecedor	Contratante e contratada
Execução da contratação do bem ou serviços	Desistência da execução do contrato	Média	Rompimento do contrato	Re julgamento passando o item para o próximo colocado ou instauração de nova licitação	Contratada

Execução da contratação do bem ou serviços	Objeto entregue ou fornecido em desacordo com o edital ou condições contratadas	Baixa	Rejeição do objeto ou serviço	Substituição do bem ou readequação dos serviços	Contratada
Tributário ou Fiscal	Fato Fiscal não previsto que possa onerar ou desonerar o preço contratado	Média	Alteração dos preços e da execução	Auditamento contratual corrigindo os preços	Contratante e contratada

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Para maior segurança da atividade, faz-se necessária a contratação do Seguro de Responsabilidade Civil para os Administradores - Seguro D&O, em função dos diversos riscos a que estão sujeitos os Conselheiros, Diretores, Consultor Jurídico e o Contador da Ebserh, em face das decisões tomadas no exercício de suas funções, visando à cobertura de danos ou prejuízos que eventualmente possam vir a ser imputados a estes em razão de suas decisões, como reclamações por práticas trabalhistas indevidas; reclamações relacionadas à poluição ambiental; reclamações feitas por Governo, Órgãos Reguladores e Fiscalizadores; despesas de defesa para procedimentos extrajudiciais; reclamações no âmbito tributário (contra os administradores); despesas com publicidade; custos de defesa quando da aplicação de multas, entre outros.

17. Responsáveis

Membro da EPC.

HERMIDES DE
MENEZES
PASSOS:72735384187

Assinado de forma digital por
HERMIDES DE MENEZES
PASSOS:72735384187
Dados: 2022.10.10 17:26:55
-03'00'

HERMIDES DE MENEZES PASSOS
Supervisor de Contratos de Gestão/CGR/VP

Membro da EPC.

LEANDRO AMBROSIO
COSTA:05808531608

Assinado de forma digital por
LEANDRO AMBROSIO
COSTA:05808531608
Dados: 2022.10.10 17:31:10 -03'00'

LEANDRO AMBROSIO COSTA
Coordenador de Estratégia e Inovação Corporativa/VP